

OPINIÃO

A reforma das reformas

ROBERTO BUSATO

Presidente nacional da OAB

Em recente reunião em Brasília, no último dia 7, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil decidiu instalar o Fórum da Cidadania pela Reforma Política. O objetivo é fornecer ao futuro Congresso Nacional, a ser eleito em outubro próximo, subsídios a uma reforma que, por seu caráter regenerador, tem sido chamada de "a mãe de todas as reformas". A reforma das reformas.

De fato, se feita em profundidade, sob a supervisão da sociedade civil e levando em conta sua natureza plural, a reforma política confere respeitabilidade ao processo e aos próprios legisladores. E é essa respeitabilidade, que deriva do fator confiança, que hoje está em falta. Sem ela, o processo político não se sustenta, e o Estado democrático de Direito corre riscos. Sérios riscos.

O Brasil, desnecessário dizer, vive hoje circunstância perigosíssima, do ponto de vista institucional. O cidadão médio nutre profunda ojeriza aos políticos, sem distingui-los. Não acredita mais no próprio processo político, como se fosse, em si, perverso e perversor. Não há caldo de cultura mais favorável aos aventureiros e aos candidatos a tiranos, que se nutrem exatamente do desencanto geral.

A história nesse sentido é farta em exemplos. De onde surgiu Hitler senão do desencanto absoluto do povo alemão consigo mesmo e com sua elite dirigente? O ovo da serpente é chocado num ambiente de descrédito generalizado, em que o cidadão comum prefere abdicar de sua liberdade em troca de uma hipotética segurança. Prefere a sombra ilusória de um pai protetor: o ditador.

O povo brasileiro, que tanto lutou para restabelecer o regime democrático, não pode descrever de sua eficácia. E isso, se nada for feito, não estará longe de ocorrer. Daí a necessidade inadiável de implementar desde já a reforma política — reforma que restaure a confiança nos partidos e no processo eleitoral, estabelecendo formas eficazes, isonômicas e transparentes de financiamento das campanhas e que comprometa os candidatos com suas promessas.

Assim como há a Lei de Responsabilidade Fiscal, que só permite ao administrador gastos devidamente lastreados por



recursos previstos no orçamento, é preciso que se crie também uma espécie de Lei de Responsabilidade Política, que impeça o logro eleitoral, em que candi-

datos prometem absurdos, entusiasmo do eleitor e depois o frustram, dada a impossibilidade de cumprir o prometido.

Tudo isso e muito mais é ma-

téria de reforma política. Para fazê-la, no entanto, devemos nos valer do próprio Congresso Nacional. Com todas as restrições que possa vir a ter, é o que dispomos. É a instância legítima, eleita pelo povo, para legislar.

O esclarecimento, mesmo óbvio, tem razão de ser. Há dias, em encontro com um grupo de 10 juristas, no Palácio do Planalto, o presidente Lula propôs a convocação de uma miniassembleia nacional constituinte exclusiva, não restrita em sua composição aos partidos políticos, para emprender essa reforma.

Funcionaria paralelamente ao Congresso. Alguns dos juristas acharam a idéia interessante. Como em meio a eles havia quatro ex-presidentes da OAB, parte da mídia vinculou a idéia à nossa entidade. Mas o Conselho Federal, na supramencionada reunião em Brasília, fez questão de dissociar-se da iniciativa. Já o havia feito há cerca de um ano, quando a idéia foi proposta a seu plenário.

O Conselho quer a reforma política, sim, e a quer em profundidade. Mas a quer sem recurso a qualquer tipo de expediente perturbador da legalidade do processo político. Considera que Constituinte — plena ou parcial, exclusiva ou derivada — só se justifica quando há ruptura institucional. Não é o caso. Em que pesem as múltiplas denúncias envolvendo agentes públicos que abalaram — e ainda abalam — o país nos últimos meses, as instituições funcionam e estão em condições de fornecer os remédios necessários à preservação da governabilidade, na plenitude do Estado democrático de Direito.

O Fórum da Cidadania pela Reforma Política somar-se-á ao da Reforma Eleitoral, instalado recentemente em parceria com a Associação dos Juizes Federais (Ajufe), Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), além de diversas outras entidades da sociedade civil, sob a coordenação do professor e jurista Fábio Konder Comparato. São matérias correlatas, embora a reforma política tenha amplitude mais abrangente.

Nosso propósito é, já nos primeiros dias de funcionamento do futuro Congresso, estar em condições de remeter-lhe denso anteprojeto, que expresse os anseios da sociedade civil nessa matéria. O país não tolerará novo adiamento de questão tão vital.

A arte de votar mal



JAIME PINSKY

Historiador e editor, autor de, entre outros livros, O Brasil tem futuro?

www.jaimepinsky.com.br

Sejam os francos. A democracia, como diz meu cardiologista, é como a idade: a alternativa é muito pior. Assim, votar ou não votar é uma falsa questão. Só se coloca esse problema quem não viveu ou já se esqueceu do tempo em que lutamos pelo direito de votar. Votar não deveria ser uma imposição legal, mas uma imposição moral. Não votar significa abrir mão do direito de escolher, de optar entre diferentes concepções e práticas de políticas públicas. E não me venham com histórias de que todos os candidatos para todos os cargos são políticos, e políticos são todos iguais.

Embora seja uma atividade que tende a conduzir seu praticante a uma certa, digamos, dissimulação (todo político é um predador, um caçador de votos em tempo integral), há alguns cuja ambição pessoal pode perfeitamente ser compatível com as necessidades de parcela importante da sociedade. E outros, pelo

contrário, que almejam tão somente um cargo público para enriquecimento próprio, dos familiares e dos amigos.

Assim, meu ponto de partida é o de que estou falando com pessoas que vão votar. Chateadas, desanimadas, tristes, mas vão votar. Não votar até porque querem ver se com seu voto ficam menos chateadas, menos tristes e menos desanimadas. Sei que não é fácil pregar o voto em certas circunstâncias, mas, sinceramente, hoje ele é mais necessário do que nunca. Se não ficar entusiasmado com ninguém, vote pelo menos ruim. O que já não é pouco.

Gostaria de falar, particularmente, do Legislativo, esse poder tão exposto, objeto do ódio de tantos cidadãos. Muitos nem percebem que muito do que lá ocorre e é divulgado também acontece em outros poderes da República, na surdina. Longe de mim defender o indefensável, pelo contrário. Não é fácil um dia ser o historiador escolhido para fazer a palestra de abertura dos 180 anos do parlamento brasileiro e ser apresentado ao público, num dos auditórios do Congresso Nacional, pelo presidente da Câmara dos Deputados (20 de maio de 2003) e alguns meses depois ver esse mesmo congressista envolvido em saques

bancários muito suspeitos.

É desanimador. Mas não votar implica entregar a outros — eventualmente interessados em manter o Legislativo cativo de interesses de poucos — o privilégio de escolher nossa representação. Pois se trata disso: representação. Para sermos representados temos que saber o que pensa o candidato que se dispõe a nos representar, quais são suas idéias sobre todo tipo de problema que passa pelo Congresso, como o voto aberto para cassação de deputados e senadores, a legalização do aborto, a qualidade (ou a falta dela) do ensino público, a política externa do Brasil, o salário mínimo e a distribuição de renda. Eu costumava enviar um e-mail aos deputados que ajudei a eleger dizendo qual a minha posição a respeito de determinado assunto e que gostaria que ele continuasse me representando (se e quando ele deixa de me representar ele deixa de merecer o meu voto; ou ele me representa, ou escolho outro para a tarefa). Ora, a maioria da população (e não só os mais humildes) sequer se lembra em quem votou. Isso, convenhamos, não é a melhor forma de melhorar o Congresso e aperfeiçoar a democracia.

O Congresso está com uma

imagem muito ruim, e ela é merecida. Mas não se pode esquecer que deputados e senadores foram eleitos por nós. Será que, como dizem, ele tem a nossa cara? Somos assim? Votar é uma das grandes oportunidades que temos para nos manifestar sobre o assunto.

Na verdade, não acho nem um pouco ruim ter que votar. Pelo contrário, gostaria de votar mais. Não seria bom que todo torcedor de futebol pudesse escolher os dirigentes de seus clubes e expulsar os que tornaram times tão amados verdadeiros sacos de pancadas? E técnico da Seleção, então? Não nos deixaram votar, viram no que deu?

Falando sério, e voltando ao Legislativo, sou bastante simpático a um sistema distrital misto em que regiões, cidades, bairros poderiam ser representados, não apenas grupos de interesse. A pressão sobre o parlamentar seria maior, sua obrigação de prestar contas, mais clara. Mas, enquanto isso não acontece, devemos lembrar que votar não é atividade que se extingue assim que exercida, mas uma etapa do processo democrático que exige a presença atenta do cidadão durante todo o mandato dos eleitos. Dá mais trabalho, mas, se você não fizer isso, não se iluda, ninguém vai fazer por você.



ARI CUNHA

visto, lido e ouvido

Desde 1960

ari.cunha@correioweb.com.br
Circe Cunha (interina) // circe.cunha@correioweb.com.br

Por uma solução justa

Crianças e adolescentes têm o cumprimento dos direitos zelados pelo Conselho Tutelar. A sociedade é encarregada de eleger representantes titulares e suplentes com mandato de três anos. É uma ferramenta para diálogos, negociações, aprovações e fiscalização das políticas que garantem o funcionamento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Quando há eleição para os novos membros, os votantes são obrigados a apresentar o título eleitoral, documento oficial com foto e comprovante de residência. Jovens com idade a partir dos 16 anos também podem votar. A importância do Conselho Tutelar, como instrumento da Comunidade em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, é inquestionável. Neste ano, por falta de comunicação, a Promotoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente pediu a impugnação da votação. O juiz da Vara da Infância e da Juventude, Renato Rodvalho, cancelou as eleições. Entre as razões foi apontada a falta de divulgação do acontecimento. Sebastião Valadares, presidente do CDCA, contesta. A divulgação foi feita em diversos veículos da imprensa. Quarenta e cinco mil pessoas compareceram para votar. O problema é que não há tempo hábil nem verba para organizar nova eleição. Os eleitos tomariam posse em setembro. A solução foi recorrente. Para a decisão final é bom pensar como o filósofo de Mondubim, que dizia: "Julgar é fácil. Difícil é fazer justiça".

A FRASE QUE NÃO FOI PRONUNCIADA

"O inconsciente é o mais inocente nos atos falhos de Lula."

Freud, se pudesse diagnosticar o presidente

Atenção

Dr. João Lindolfo C. Borges, estudioso endocrinologista, renomado mundialmente, está fazendo um estudo clínico e procura voluntários. Homens com mais de 50 anos para que, gratuitamente, sejam feitos exames de sangue, clínico e de composição corporal. Ele relaciona a gordura visceral com casos de diabetes, hipertensão, baixa dos hormônios masculinos e aumento de gordura no sangue. Contato: 33641155 (Ana).

Memória

Bate-boca na CPI das ambulâncias. Diante dos repórteres, Wellington Salgado, o único que votou contra o relatório da CPI, foi acuado por um colega parlamentar. Em alto e bom som, ouviu-se o grito. "O senhor constrange o Congresso. É dono de uma universidade e ao mesmo tempo presidente da Comissão de Educação do Senado".

Tinta fresca

Chegam reclamações contra a empresa responsável pela pintura das faixas contínuas e tracejadas na reforma do asfalto pela cidade. Antes que a tinta seque, por falta de cones, os carros passam por cima tirando o brilho novo. Dependendo da pista, as responsabilidades mudam entre o Detran e o DER.

Juro baixo

Disponíveis R\$ 500 milhões nas instituições bancárias à espera dos donos.

Quem pagou Imposto de Renda entre 1967 e 1983 pode ter investido parte do valor a recolher no Fundo 157. Alguns que buscaram informações preferiram deixar o dinheiro aplicado. Constavam R\$ 3 ou R\$ 45 na conta. Informações no item "acesso rápido ao Fundo 147" no endereço www.cvm.gov.br.

Novidade

Gilmar Machado, presidente da Comissão Mista de Orçamento, anunciou que em todos os meses as câmaras municipais vão receber um resumo dos repasses da União. Do jeito que está, as emendas do Orçamento têm dado prejuízo aos municípios. A cidade espera a verba que não chega.

Prece

Agentes penitenciários no trabalho e os presos comemorando o Dia dos Pais. Essa foi a solução encontrada pelo governador Cláudio Lembo. Como os presos felizardos já cumpriam o regime semi-aberto, hoje deve ser um dia de paz. Vamos torcer.

Agradável

Eliana Fortes e Nelson Marraccini, da Prefeitura, e Manoel de Andrade, da Administração do Lago Norte, organizaram um lual para os moradores. Em noite de lua cheia, o Parque das Garças, no fim da península, foi o ponto de encontro da comunidade. A música ficou por conta de Eveline Siqueira, Evandro e Daniel Matias e o DJ Rick San.

HISTÓRIA DE BRASÍLIA

O dr. Afrânio Barbosa, diretor do DFL, prometeu que os primeiros postes de 7 metros e meio que chegaram a Brasília serão destinados à iluminação da Fundação da Casa Popular. (Publicado em 26/10/1960)